



COMISSÃO ESPECIAL DE FUTUROS

(Sessão realizada em 6 de fevereiro de 2023).

SENHOR PRESIDENTE. — Havendo quórum, está aberta a sessão.

(São 17h15).

—Em primeiro lugar, damos entrada a uma publicação enviada pelo Comitê para o Futuro da Finlândia sobre tudo o que foi discutido, apresentado e decidido naquele encontro. Nossa apresentação também está incluída. Há apenas três exemplares, por isso vamos pedir à secretaria que providencie cópias para todos. Estou vendo que há uma parte em inglês e outra em espanhol, mas está tudo aí.

SENHOR OLMOS. - Aí estão os contatos das delegações que foram a Helsinque?

SENHOR PRESIDENTE. — Os contatos não constam. O texto informa quem participou, mas não traz os contatos. No entanto, a secretaria do Comitê para o Futuro da Finlândia entrou em contato conosco e está à disposição para colaborar em todas as convocações, quando decidirmos fazê-las. Em princípio, deveríamos ter uma agenda mais ou menos definida e depois entrar em contato com ela. Os participantes do evento se lembrarão de que a secretária executiva do comitê estava à disposição e se reuniu conosco.

Antes de começarmos o registro taquigráfico, eu comentava que algumas delegações vêm nos propondo, de maneira mais ou menos formal, a possibilidade de um intercâmbio virtual com nossa comissão em relação à cúpula que vamos realizar. Formalmente, temos o pedido da Comissão de Futuro da Croácia com esse objetivo. Acho que poderíamos responder que teremos esse encontro com muito prazer, mas que precisamos esperar, porque o período legislativo ordinário ainda não começou. Deveríamos argumentar, e isso é muito importante, que precisamos ter algo mais definido sobre a cúpula. Penso que poderíamos marcar uma data com o comitê da Croácia na primeira quinzena de março.

Por outro lado, temos conversado de maneira muito preliminar com a intenção de anunciar aos organismos internacionais uma data para nossa cúpula em outubro. Por quê? Por exemplo, fomos informados de que a União Europeia teria, nos próximos dias, um encontro com todas as embaixadas e consulados da Europa.

Ou seja, a delegação da União Europeia no Uruguai terá – se não me engano, na próxima semana – uma reunião com todos os embaixadores da Europa.

Por isso, pareceu-nos oportuno enviar uma cópia desta nota conceitual, com o devido esclarecimento de que é preliminar, para ir informando os embaixadores e, de alguma forma, também os respectivos parlamentos sobre este evento.

Também tivemos uma reunião com representantes do PNUD, que nos solicitaram mais informações sobre esta cúpula. Naturalmente, fornecemos apenas esta nota preliminar.

Aproveito para informar que o PNUD está disposto a firmar um convênio com o Parlamento para o trabalho da Comissão Especial de Futuros deste ano, mas com foco em nossa cúpula de outubro. De certa forma, é uma prorrogação do projeto, do programa desenvolvido com o PNUD no ano passado, porém com outros elementos e recursos adicionais. A ideia é avançar no convênio, que seria assinado por Beatriz Argimón como presidenta da Assembleia Geral. O PNUD se comprometeu a nos entregar uma minuta nesta semana, que será apresentada à comissão para discutirmos o texto proposto e, de alguma maneira, darmos nosso aval à assinatura.

Como os senhores legisladores se lembrarão, o PNUD financiou a assistência técnica realizada por Inés Fynn e a assessoria metodológica de Lydia Garrido. Nesse sentido, tivemos de fazer alguns esclarecimentos e registros para dar cumprimento ao financiamento assumido em relação a Lydia Garrido. Registramos os cinco produtos entregues à CEF durante 2022, especialmente os três últimos: a execução do plano metodológico, o apoio e a elaboração de conteúdos para a apresentação da delegação uruguaia que participou da cúpula de Helsinque e, por fim, o relatório O futuro do trabalho e o trabalho do futuro. Sabendo que alguns desses produtos ainda não haviam sido pagos, consideramos necessária e importante a quitação integral de tudo o que foi realizado em 2022 antes de iniciar um 2023 muito mais exigente e intenso.

O PNUD recebeu nossos registros. Inclusive, na ocasião, compartilhamos uma atualização do que havia sido realizado. Por precaução, solicito à secretaria que reenvie por e-mail a prestação de contas de tudo o que a Comissão de Futuros realizou em 2022, que nada mais é, reitero, do que as atividades que desenvolvemos.

Também tivemos uma reunião com representantes do Banco Mundial. Como se lembrarão, esse organismo colaborou com nossa Comissão de Futuros na pesquisa da Equipos, muito valiosa para conhecer melhor a percepção da população em geral sobre esses temas. Foi-nos informado que há interesse em colaborar e participar neste ano de 2023. Naturalmente, uma vez definido como realizaremos a cúpula e de que precisamos, poderíamos convidar o Banco Mundial ou enviar uma delegação da nossa comissão para conversar com Celia Ortega.

Também tivemos uma reunião com o representante da ONU no Uruguai a propósito dessa cúpula que está sendo organizada para o dia 24. Queriam saber quais são

nossos temas, objetivos e finalidade para 2023 e manifestaram a intenção e a disposição de trabalhar conosco. Considero que, quando tivermos definido melhor o rumo de nosso trabalho em 2023, poderíamos realizar uma reunião com o representante da ONU no Uruguai para coordenar esses aspectos.

Como se lembrarão, na cúpula em Helsinque ficou acordado que a Lituânia organizará não outra cúpula como a que tivemos, já que a segunda será realizada aqui, mas uma espécie de congresso, que eles chamam de Global Parliamentary Congress of the Future of the World, nos dias 12 e 13 de maio. Convidam-nos a participar com três membros e um assistente.

Como adiantei no início, a UIP nos telefonou para consultar nossas ideias, objetivos e disposição para que ela participe da organização do nosso congresso. Em uma conversa telefônica informal, solicitei que nos enviassem sua manifestação por escrito e que responderíamos da mesma forma. Não é uma questão menor. Adianto minha opinião de que a participação da UIP em nossa cúpula seria extremamente útil, mas precisamos definir o que é mais conveniente para todos.

Isso era o que eu tinha a dizer.

SENHOR OLMOS. — Em relação à cúpula, quero manifestar minha preocupação porque estamos muito atrasados. Realizar um evento dessas dimensões exige muitos meses de esforço e uma equipe dedicada; nós praticamente não começamos. É necessário definir questões logísticas, como o local do evento e o hotel em que as pessoas ficarão hospedadas, e já reservar os quartos, decidir se haverá intérprete etc. É preciso pensar nas atividades sociais associadas ao evento, ter um banco de dados dos convidados e enviar os convites rapidamente, porque alguns parlamentos aprovam seus orçamentos com muita antecedência e nem sempre conseguem sair desse planejamento. Além disso, pretendemos convidar países que ainda não participaram. Portanto, é preciso trabalhar.

Também temos um desafio de conteúdo. A atividade realizada em Helsinque foi basicamente uma apresentação das diferentes comissões de futuro, na qual todas informaram como eram constituídas e em que estavam trabalhando; não houve uma temática específica. Isso foi adequado para uma primeira vez, mas não pode ser repetido. Precisamos definir um tema de interesse parlamentar, ou seja, que possa interessar aos diferentes parlamentos do mundo, considerando as enormes assimetrias de maturidade entre as comissões de futuro que possivelmente serão convidadas. Precisamos, portanto, pensar. O tema de interesse comum a propor, que não precisa necessariamente ser este, poderia ser o dos neurodireitos, no qual o Chile trabalha. Os chilenos dizem: “A legislação no mundo se preocupou basicamente com a proteção física das pessoas, porque a mente era considerada um lugar inexpugnável. À medida que avançam determinadas tecnologias invasivas, nas quais a

consciência fica imersa em um mundo virtual e isso afeta a maneira como os cérebros das pessoas são mapeados, é preciso começar a pensar nos limites que impomos a tudo isso”. Assim, o tema pode ser este ou outro, mas precisamos pensar, e muito rapidamente, em um assunto com essas características: ser de interesse comum para que venham e, além disso, levem algo consigo. Precisa interessar tanto ao Uruguai quanto aos visitantes.

Definido o tema, se quisermos que não seja uma discussão exclusivamente parlamentar, precisamos decidir quais especialistas traremos para contribuir com suas visões. Isso também costuma ser complicado. Quanto mais alto o nível dos especialistas, provavelmente mais disputada será sua agenda e mais difícil será trazê-los se não agirmos com antecedência. Ou seja, urgentemente precisamos, parafraseando Silvio Rodríguez, nos dividir em dois: uma equipe mais dedicada à organização e outra à continuidade do trabalho sobre o futuro do trabalho e o trabalho do futuro, para chegar a setembro com algum documento. Este, porém, seria mais um insumo interno ou para o Uruguai, e não um tema tão mobilizador para o restante do mundo.

SENHOR PRESIDENTE. — Faltou informar, para concluirmos todas as informações que tínhamos para registrar na versão taquigráfica, que participamos do Congresso do Futuro do Chile com a deputada Verónica Mato e os deputados Sebastián Cal e Gustavo Olmos. O Chile realiza esse congresso em janeiro há bastante tempo, e ele tem grande prestígio internacional. Sabíamos que seu formato era diferente do que pretendemos e do realizado na Finlândia. Mesmo assim, consideramos que deveríamos ir, primeiro por gentileza e reciprocidade, pois o Chile solicitara especialmente nossa participação. Talvez depois algum integrante da delegação possa acrescentar informações. A verdade é que fomos muito bem recebidos. Nossa presença era importante, entre outras coisas, para conhecer diretamente o que poderíamos aproveitar daquele evento e o que realmente não deveríamos adotar, pois buscamos outra coisa. Acho que foi muito produtivo; por isso fomos, e considero que os objetivos traçados foram amplamente cumpridos. Essas são as informações que temos.

O deputado Olmos manifesta a preocupação com a proximidade deste congresso, que naturalmente é de grande porte e no qual precisamos começar a trabalhar imediatamente. É para isso que realizamos esta reunião de hoje.

Por esse motivo, eu os informava sobre as ações preliminares — temos procurado trocar ideias pelo WhatsApp — para não chegarmos atrasados às etapas que se sucedem e para que, pelo menos, os parlamentos sejam informados. Mas esta nota conceitual é uma estrutura que ainda precisa ser preenchida.

Se observarem a agenda, a nota conceitual traz um convite com as principais características e os detalhes do evento, como local, data e em que consiste,

uma introdução com palavras da senhora presidenta da Assembleia Geral, como se costuma fazer para dar maior relevância ao convite, e depois dois ou três pontos sobre o que é governança antecipatória inovadora. Também se apresenta o propósito da cúpula e se estabelece, como acordamos em Helsinque, que o convite será aberto não apenas aos comitês de futuro já constituídos e atuantes como tais, mas também a todos os parlamentos que explorem essa possibilidade ou tenham interesse em criá-los. Daí vem essa extensão e ampliação, que leva a um número muito alto, com um teto, mas sem um piso; é nisso que precisamos trabalhar. De certa forma, estamos nos abrindo, conforme nossa proposta aprovada em Helsinque, a todos os parlamentos interessados em trabalhar nesta dimensão.

Como podem ver, há a proposta, um pouco ambiciosa, de uma primeira publicação com o que os demais parlamentos estão fazendo, como Helsinque também fez, e o compromisso de sistematizar os resultados do evento, igualmente como fez Helsinque e apresenta aqui. De alguma forma, damos continuidade ao que foi realizado lá.

A estrutura da cúpula, que explico aos atores ou parlamentos que não conhecem a proposta, é a seguinte. Há um dia de abertura com a participação de todas as autoridades, como sempre se faz, sem inventarmos nada, e um coquetel de boas-vindas etc. Haveria um segundo e um terceiro dias de trabalho intenso e um quarto dia opcional para atividades turísticas, como ocorre em outros eventos. Ao final, haveria um convite de nossa comissão, pois somos, de certa forma, os responsáveis pela organização. Com Lydia Garrido, fizemos uma síntese do que consistiria esse convite.

Acho que todos concordamos que precisamos começar a trabalhar imediatamente e definir isso agora. Naturalmente, a organização tem duas partes bem distintas. Uma é o conteúdo: definir temas, uma metodologia de trabalho e os palestrantes que escolheremos. É muito importante que sejam escolhidos de acordo com os temas em que trabalharemos, diferentemente de outros eventos em que falam de seus próprios temas e, embora possam ser muito famosos, não ajudam a implementar e desenvolver a agenda que estamos propondo. Essa é uma parte.

A outra parte é a logística, que também exige muito trabalho para definir um grande número de aspectos. Além disso, como sugeriu o deputado Olmos, e já colocamos em andamento, é necessário contar com uma agência organizadora de eventos.

Temos a vantagem de que, no ano passado, a UIP organizou no Uruguai um evento de porte semelhante, para o qual se fecharam as portas do Palácio Legislativo e todos os servidores trabalharam com essa finalidade. Há, portanto, caminhos que podemos seguir, como convocar uma associação de organizadores de eventos chamada

Audoca, que reúne todos os organizadores de eventos do país, informá-la de que o Parlamento uruguaio realizará um evento em determinada data e permitir que os organizadores interessados apresentem propostas. Isso ocorreu automaticamente porque solicitamos ao Ministério do Turismo a inclusão no calendário de eventos, que ajuda todos a se orientar nas reservas de hotéis. Estabelecemos a data preliminar de 18 a 21, por uma questão que examinaremos agora. Então, o evento é automaticamente declarado de interesse turístico e a Audoca recebe imediatamente um aviso on-line de sua realização; os organizadores começam a entrar em contato conosco para oferecer seus serviços. Parece-me um mecanismo absolutamente transparente, que o Parlamento já utilizou e funcionou bem.

Acrescento, e reitero agora que está presente a senadora Silvia Nane, que integra a UIP assim como a legisladora Lilián Galán, o interesse da UIP em participar da organização deste evento. Isso traz um pequeno problema que precisamos resolver: uma das duas assembleias anuais será realizada quase na mesma data, em Angola.

SENHORA NANE. — Que não fica no caminho para Montevideú.

SENHOR PRESIDENTE. — Não fica muito no caminho, é verdade. Mas precisamos conversar com os membros desta comissão que integram a UIP e participarão dos próximos encontros para saber até que ponto ela está disposta a participar e se é necessário alterar a data. Naturalmente, se as autoridades da UIP demonstrarem disposição para participar física e presencialmente da Cúpula de Montevideú, deveríamos mudar a data. Nesse caso, seria preciso pensar em duas alternativas. Uma opção seria realizá-la logo depois da Assembleia de Angola. Não é uma ideia totalmente descabida; talvez seja melhor para europeus ou asiáticos participar dessas duas atividades em sequência do que ter este outro evento um mês depois. São esses os temas que devemos começar a definir.

Naturalmente, a presidência da Assembleia Geral deve participar da organização da cúpula, pois todo o Parlamento está envolvido. Deveríamos promover essa convocação para formar as equipes organizadoras e começar a trabalhar, definindo todos os aspectos necessários para chegar à cúpula no prazo.

Ofereço o uso da palavra caso algum outro membro queira trocar ideias, observar, comentar ou propor a respeito, sejam aqueles que estão aqui pessoalmente ou aqueles que estão participando via Zoom.

(A conexão via Zoom é iniciada com o Sr. Cal).

SENHOR CAL.- Boa tarde a todos. Peço desculpas por não poder estar pessoalmente hoje.

Não participei da viagem à Finlândia, mas, pelo que os demais colegas nos transmitiram, acho que poderíamos fazer, não sei se essa é a ideia, algo que combinasse o que vivemos naqueles dias no Chile com o que vocês viveram na Finlândia. Seria uma opção muito boa, inovadora e, de certa forma, de acordo com a finalidade das comissões de futuro, cuja particularidade tem sido o trabalho conjunto de legisladores e especialistas externos. Vi que isso também ocorre na comissão de futuros do Chile. Seria bom seguir essa linha, formando mesas de trabalho sobre diferentes temas com legisladores e especialistas, para ter as duas visões. Claramente, no Congresso Futuro, pelo que vivenciamos agora no Chile, praticamente não se trataram temas de governança antecipatória, mas de futuro. Penso que propor temas com a participação conjunta de especialistas e legisladores seria muito bom. Não sei se essa é a ideia, mas entendi que poderia ser uma opção.

De minha parte, quero dizer que estou totalmente disposto a colaborar. Sem dúvida, corremos contra o tempo para organizar um evento tão grande e importante. Temos uma grande responsabilidade de fazer com que ele dê certo, e ela está sobre nossos ombros, por isso todos precisamos contribuir. Quanto mais dividirmos as tarefas, melhor será, com menos sobrecarga para vocês e para todos.

Eu só queria dizer isso.

Não sei se, levando em conta a ideia da reunião, pode ser útil que algo assim seja feito; quero dizer algo misto entre o que aconteceu na Finlândia e no Chile.

Obrigado, senhor presidente.

SENHORA NANE. — Obrigada, senhor presidente.

Pensando no que o legislador Olmos acabou de dizer sobre o conteúdo, no que o legislador Cal mencionou sobre os formatos e no resumo apresentado pelo presidente, acho que podemos dividir e combinar temas considerando o interesse dos patrocinadores que conseguirmos.

Em suma, se a União Interparlamentar estiver entre aqueles que nos apoiarão na realização deste congresso, acho que deveríamos tratar, em alguma das mesas, de um tema ligado à democracia e às questões que surgirão no futuro. Penso em várias coisas, como vigilância, soberania digital etc.

Poderíamos fazer uma lista dos possíveis patrocinadores ou colaboradores e até introduzir temas que tenham afinidade com eles, para tornar as coisas mais concretas, ou colocar na mesa assuntos que sabemos exigir regulamentação específica.

Quando falamos da dimensão técnica, não penso apenas na academia. É claro que deveremos ter uma participação importante de pessoas da academia, mas também poderíamos tratar de empresas públicas e da atividade privada entre os temas a definir.

Em resumo, teremos de pensar em quais patrocinadores, colaboradores ou outros apoios teremos e depois organizar o conteúdo em função disso.

Imagino que o Banco Mundial esteja envolvido nisso, assim como pessoas que já colaboraram conosco. Podemos abordar alguns temas de forma transversal, sem dispersão, porque não vamos pretender abranger uma infinidade de assuntos.

Na outra ocasião, comentávamos que precisamos considerar o nível de maturidade das comissões, inclusive o nível tecnológico ou regulatório de todos os países que pretendemos convidar, para não entrar em assuntos sobre os quais as pessoas não tenham conhecimento. Tentar levar isso em conta me parece uma atitude de bom anfitrião.

Teremos que pensar sobre isso, dividir em equipes e dividir tarefas.

Entendo que estamos com o tempo apertado, mas sempre é assim; portanto, não vamos desanimar. Até agora, nunca participei de algo em que sobrasse tempo.

SENHOR PRESIDENTE. - Obrigado, senhora legisladora.

Talvez os aspectos mais urgentes sejam os organizacionais. A oferta de hotéis aqui é muito limitada e, se houvesse outro evento ou um evento e meio além do nosso, ficaríamos sem hotéis, por exemplo. Digo isso porque pensamos em receber uma delegação de cem a cento e cinquenta parlamentares, mais próxima de cento e cinquenta do que de cem.

Pelas consultas que fizemos, podemos estimar a participação de cerca de trinta parlamentos. Multiplicando cada delegação por três ou quatro integrantes, temos aproximadamente cem participantes. De qualquer forma, precisamos saber com antecedência as datas e os locais. Podemos administrar com maior flexibilidade as atividades no Palácio Legislativo, mas, nos outros lugares, não temos tanta margem.

Quero que fique registrado na versão taquigráfica que alguns de vocês comentaram comigo a possibilidade de definir como um dos temas principais o trabalho do futuro ou o futuro do trabalho. Esse assunto continua muito atual. Alguns países já trabalham nele, e nós também. Poderíamos aproveitar essa atualidade e talvez matar dois coelhos com uma cajadada só, aprofundando o assunto com diferentes delegações que o estudam. A da Finlândia é uma delas e talvez

os palestrantes possam nos ajudar em nossa tarefa concreta. Não precisamos nos apressar. Lembrem-se de que cometi um erro sobre as datas de entrega dos relatórios finais. A lei diz que o relatório final pode perfeitamente ser entregue quando terminar o período legislativo ou no início de 2024. Faço esse esclarecimento porque me apontaram o erro.

Assim, poderíamos aproveitar a cúpula para tratar de um tema muito atual que serviria ao assunto que estudamos em nossa Comissão, o futuro do trabalho. Por outro lado, se a UIP decidir participar ativamente desta Cúpula, também poderíamos tratar dos temas que ela pretenda analisar como contribuição à cúpula mundial da ONU. Como comentei com a legisladora Nane, a secretaria da UIP nos fez consultas a respeito. Reitero que apresento isso apenas para registrar na versão taquigráfica que o tema está em discussão.

Agora, precisamos começar com um esquema mais ágil e executivo, que poderíamos dividir em dois: um para trabalhar os temas e outro para a parte mais organizacional. Não é o que o legislador Olmos propunha, mas talvez também possa nos ajudar nessas duas frentes, sem prejuízo da necessidade de nos reunirmos periodicamente para avançar nas definições.

(A conexão via Zoom com o Sr. Melazzi é iniciada).

SENHOR MELAZZI. - Boa tarde.

Quero apenas apresentar algumas inquietações ou pensamentos que me ocorreram enquanto vocês falavam.

Se bem me lembro, no Zoom Meet que tivemos em Helsinque, na Finlândia, foram tratados basicamente mais de dez tópicos. Isso permitiu aos parlamentos dos diferentes países desenvolver temas distintos e adaptar-se aos assuntos em que cada um vinha trabalhando.

Pelo que estou ouvindo, considero positivo que um dos tópicos seja “o trabalho do futuro e o futuro do trabalho”, mas não me limitaria a ele. Deixaria a proposta aberta, especialmente para os parlamentos que talvez ainda não tenham trabalhado nesses assuntos, mas possam contribuir com outros tópicos que mencionamos, pois a ideia é que todos os parlamentos se enriqueçam mutuamente. Acho bom ter um tópico, mas sem nos restringirmos especificamente a ele.

Quanto à logística, pessoalmente não é algo que me preocupe, porque ainda temos tempo e confio plenamente na capacidade de cada um de vocês. Compreendo sua importância e acredito que conseguiremos realizar tudo no prazo e adequadamente. Como eu disse, nosso objetivo não é apenas ser um bom anfitrião, mas também contar

com mais parlamentos, isto é, aumentar a cada ano o número de parlamentos participantes do Zoom Meet, porque isso é enriquecedor.

Pensando, por exemplo, na edição nº 20, o importante é que cada parlamento compartilhe seus avanços nos temas legislativos tratados em edições anteriores, pois se trata de nos enriquecermos com essas experiências. Se o Uruguai continuar avançando, por exemplo, no futuro do trabalho e no trabalho do futuro com base nas contribuições e nos estudos que realizamos, e trabalharmos na dimensão legislativa produzindo novas normas, isso será uma contribuição para os novos parlamentos. É relevante saber em que direção avançaram e como conseguiram. Esse feedback, essa troca que podemos construir, é muito importante.

Vai fazer apenas um ano desde o primeiro Zoom Meet. Talvez seja precipitado dizer que avançamos nesta linha e, na legislação, naquela outra, mas seria importante envolver os parlamentos no compromisso de compartilhar a direção de seus avanços e o que podem oferecer. Faço essa proposta para que seja enriquecedora e útil tanto ao Parlamento quanto a todos.

É o que eu tinha para contribuir, senhor presidente. Muito obrigado.

SENHOR PRESIDENTE. — Outra linha mencionada pelo legislador Melazzi e proposta na nota conceitual é realizar um trabalho preparatório, solicitando aos parlamentos interessados em participar que contribuam nessa preparação, como nós fizemos, indicando os temas em que trabalham e quais gostariam de abordar. Isso é bom por várias razões. Já é, de certa forma, uma prática colaborativa e participativa, mas não podemos nos limitar a isso. Se quisermos trazer um palestrante de nível internacional sem avisá-lo com vários meses de antecedência, será quase impossível que venha. Também se podem propor outras fórmulas para construir a agenda e depois combiná-las; nesse aspecto, concordo com o legislador.

O tema proposto pela legisladora Nane também me parece muito atual: a democracia algorítmica, como se chama agora. Vemos isso todos os dias. Já deixou de ser um tema do futuro e passou a ser do presente. Mas por que é do futuro? Porque, a princípio, a tendência vai se aprofundar no curto e médio prazo, e não é uma questão menor. Não sei em quais outros fóruns esse tema é tratado como uma questão realmente de futuro, mas com impacto bastante próximo sobre a base da democracia. Precisamos trabalhar todos os temas em discussão para defini-los e, para isso, formar um grupo. Proponho proceder como fizemos nos eixos do trabalho do futuro. Vamos pensar em que grupo podemos nos inscrever, procurar formar os grupos de trabalho e comunicar à vice-presidenta Argimón que estamos em condições de começar, assim que ela nos convocar.

SENHOR OLMOS. - Duas coisas quero dizer.

Em princípio, a ideia de uma consulta temática não me atrai muito, por uma questão de tempo. Entre definir as possíveis comissões, enviar um pedido de sugestões de temas, estabelecer um prazo, aguardar e processar as respostas, já estaremos em maio, com pouco tempo para o restante.

Acho que precisamos definir isso rapidamente e procurar quem possa falar sobre o assunto, com o critério que mencionei: temas que consideremos de interesse legislativo, e não apenas científico.

A segunda coisa é que eu encarregaria o senhor presidente de entrar em contato com a presidenta da Assembleia Geral para que ela defina como trabalhar. Há também questões orçamentárias a definir com a presidenta da Assembleia Geral. Entendo que, com o presidente da Câmara dos Representantes, pode ser formada uma equipe com certa representatividade para começar a atuar como ponto de centralização das questões mais políticas, sempre, naturalmente, em consulta com toda a comissão.

Quanto aos aspectos operacionais, concordo com o presidente da comissão: precisamos contar rapidamente com uma empresa profissional de organização de congressos para acompanhar os convites, coordenar a logística, os intérpretes e dezenas de outros aspectos. Isso evitaria que nós, do Poder Legislativo, tivéssemos de solicitar preços e cuidar dessas questões, porque não chegaríamos a tempo.

SENHOR PRESIDENTE. — Se concordarem — alguns estão sinalizando que sim com a cabeça —, fica delegado a este pobre servidor o trabalho de coordenar com a vice-presidenta Argimón a formação das equipes e de começar rapidamente a convocá-las e definir todos esses aspectos.

Se não houver objeções, fica essa definição. Eu me reuniria com a presidenta da Assembleia Geral ainda nesta semana e já começaríamos a trabalhar nessa direção, se estivermos de acordo.

Se não houver outro assunto, encerramos a sessão da Comissão Especial de Futuros, a primeira do ano de 2023.

A sessão é encerrada.

(São 18h08).

Montevideu, Uruguai. Poder Legislativo.